



SESSÃO - 04

3. CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA IMPRENSA CEARENSE: JORNALISMO OU POLÍTICA?

Ana Paula Rabelo e Silva*
Camila Stephane Cardoso Sousa**

Resumo

O presente estudo visa analisar práticas sociais e discursivas relevantes na construção de representações e na caracterização da manipulação da opinião pública através da mídia impressa, com o propósito de fragilizar as correlações de força das comunidades/movimentos sociais e do poder do Estado, e, ainda, criminalizar o movimento social ou seus integrantes. A análise se limita aos textos informativos, procurando encontrar marcas textuais que sugiram ao leitor um dado posicionamento político. Foram analisadas notícias dos jornais *O POVO*, *Estado* e *Diário do Nordeste*, que trataram da questão ambiental; bem como, cartas, notas e mensagens eletrônicas, referentes aos mesmos temas, produzidos pelas comunidades, por movimentos sociais, ou por políticos ligados a essas lutas. Para compor a análise, buscamos prioritariamente Fairclough (2008) e van Dijk (2008). Mesmo em textos informativos, o jornal constrói representações capazes de alterar a correlação de forças entre os setores envolvidos, reiterando o discurso hegemônico.

Palavras-chave: Discurso político; mídia impressa; movimentos sociais.

Abstract

This work aims to analyze discursive and social practices which are relevant to the construction of representations and to the public opinion manipulation through printed media. It objectifies weaken the strength correlations of communities/social agitations and the State power and, yet, criminalize the social agitation and its integrants. The analysis is about finding textual marks in informative texts that may suggest a specific political position to the reader. We analyzed news about environmental issues from the newspapers *O POVO*, *Estado* e *Diário do Nordeste*, as well as letters, notes and electronic messages about the same issues. All the texts were produced by the community, by social agitations or politicians worried about these fights. We looked mainly for Fairclough (2008) and van Dijk (2008) to compound our bibliographical references. Even in informative texts, the daily constructs representations able to alter the correlation of strengths between the sectors involved, bringing back the hegemonic discourse.

Keywords: political discourse; printed media; social agitations.

* Professora da Faculdade 7 de Setembro. Mestre em Lingüística pelo PPGL da UFC, email: ana_prabelo@yahoo.com.br

** Aluna do 8º semestre de Jornalismo pela Faculdade 7 de Setembro (FA7) e do 5º semestre de Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC), email: camilastephane@gmail.com



Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Introdução

O presente estudo visa analisar práticas sociais e discursivas de dois jornais impressos do Ceará, que objetivam a construção de imagens negativas dos movimentos sociais analisados através de estratégias de manipulação; o uso desta construção converge para a crença do *desempoderamento* das lideranças ou movimentos sociais, essa ação pode colaborar com a criminalização dos envolvidos.

A presente análise surgiu de um estudo anterior, relacionado a títulos de jornais. Nele, tentamos comprovar que o jornal, sendo um produto à venda, utiliza em suas manchetes e títulos estratégias publicitárias e políticas para garantir a manutenção de sua distribuição¹. Nesses textos, evidenciou-se a construção de um *ethos* positivo em relação à defesa do meio ambiente, mas havia uma contradição: o mesmo jornal que abria colunas ambientais era o que tinha editoriais e notícias completas sobre a construção de, por exemplo, torres empresariais com grande impacto ambiental ao mangue da cidade (Cocó).

O artigo está dividido em quatro partes além da introdução, uma caracterização do jornal impresso e do texto informativo, uma breve discussão teórica sobre discurso e poder, além da análise dos dados e conclusões.

Contextualização

O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) deflagra o fim de um ciclo de grandes esperanças da construção de uma política de transição para o socialismo e a liberdade. De Figueiredo a Lula, o Brasil passou de uma ditadura militar, com breve período de resistência política, à ditadura dos mercados. O silêncio dos movimentos sociais não é mais imposto por um general, porque não são necessários agentes externos para calar. Cooptadas as lideranças, lutadores/as sociais estão submissos à lógica de não criticar. É um silêncio permitido. Naturaliza-se, gradativamente, a ausência da luta pela ampliação de direitos.

Com a não implementação de um programa de transição para o socialismo, mais ainda, com a continuidade da política assistencialista de FHC, através do fortalecimento do programa Bolsa Família, o governo do PT encerra o ciclo das esperanças e permite o início do tempo de incertezas.

Se foi cristalizada a convicção de que somente a direita era corrupta, a nova fase da política brasileira constrói um forte sentimento de que todos os partidos e políticos estão susceptíveis a esse mal - uma avalanche de escândalos cercou o governo federal, o PT e seus principais aliados, não havendo “estratégia de marketing” ou “política” que reduzisse a





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

fragilização da imagem do governo Lula.

Essa compreensão de que o mal da corrupção poderia infectar a todos\as afastou da luta social até mesmo as alas mais aguerridas da militância. Mais ainda: criou um estado de desesperança no povo brasileiro, fazendo-o crer na impossibilidade de construção de uma outra forma de organização social.

O governo Lula foi marcado pelo “declínio do militantismo e da sindicalização”²; pelo silêncio/cooptação dos grandes intelectuais e artistas; pela omissão dos movimentos sociais; e pela ausência de reação da população.

A cooptação voluptuosa de lideranças sindicais e de movimentos sociais e a tênue linha de separação entre governo e organizações não-governamentais constituíram um cenário que não nos permitia distinguir onde acabava a intervenção do governo e onde havia luta social. Esse modo de governar, também utilizado na política local, é uma das principais razões do engessamento das lutas sociais.

Se, de um lado havia o movimento de lideranças da direita filiando-se a partidos socialistas, do outro tínhamos o movimento social preso na burocracia do Estado. É nesse cenário que surge a organização de Fórum Cearense Meio Ambiente (FORCEMA), que agrega am-

bientalistas de todos os espaços sociais e partidos políticos.

A fragilização dos sujeitos sociais visa, dentre outros aspectos, a descrença na “voz” dos atores sociais engajados na luta, reduzindo seu alcance e abrangência, principalmente, através da redução da credibilidade e do respeito.

Segundo van Dijk³, o “falante ativo”, aquele que tem poder, não é capaz de intervir somente no seu grupo, mas em diversos; diferente dos “sem-poder”, que não têm voz para defender o seu ponto de vista e fazer as lutas sociais necessárias e urgentes para a construção de um outro mundo.

Para Foucault⁴, em toda sociedade, a produção do discurso é controlada em função dos seus perigos, dos seus poderes; são evidentes os procedimentos de exclusão e interdição. O presente estudo pretende analisar esses procedimentos.

Entendemos que na lógica do Estado e também da imprensa, calar os movimentos sociais não é impedir que falem. É dar espaço para uma voz que não ecoa, uma voz sem prestígio social, desacreditada.

O Jornal e suas funções

Segundo Beltrão, informar, orientar e divertir são, nesta ordem de impor-





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

tância, as funções básicas do jornalismo:

a *informação* [...] o relato mais simples dos fatos, idéias ou situações do presente imediato, do passado ou do vir-a-ser possível/provável, que estejam, no momento, atuando na consciência coletiva; [...] a *orientação* [...], o esforço de interpretar a ocorrência, tirando conclusões e emitindo juízos com o objetivo de provocar a ação por parte daqueles aos quais a mensagem é dirigida; enquanto a *diversão* (entretenimento) [...] é um meio de fuga às preocupações do cotidiano ou costumeiro, uma pausa no ramerrão, um preenchimento dos lazes com algo reparador do dispêndio de energia reclamado pela própria atividade vital de informar-se, sem a qual nenhum ser vivo pode evoluir ou aperfeiçoar-se, nem o ser humano, especificamente, manter relações sociais. (p.13)

O texto de opinião se manifesta através de três categorias bastante definidas: do editor, do jornalista e do leitor.

A opinião do editor é a que define a política do editorial e se baseia em cinco critérios: a) convicção ideológica do grupo; b) dados relacionados ao tema em questão; c) pesquisas realizadas na sua área de circulação/influência; d) experiência jornalística dos chefes de redação; e e) interesses econômicos das empresas⁵. A linha editorial não se limita ao texto editorial, mas pulveriza-se por todo o jornal em manchetes, títulos, fotos, textos, organização das matérias.

Na prática, a opinião do/a jornalista está em consonância com a do/a editor/a por já haver, em muitos casos,

um certo acordo ideológico ao se concordar em escrever para um jornal com um determinado padrão discursivo. Há casos, contudo, de jornais cuja linha editorial é de diversidade. Nesses casos, a opinião do jornalista vai depender mais da sua própria formação, de sua própria concepção filosófica.

A opinião do/a leitor/a, por sua vez, pode se manifestar em artigos, cartas, enquetes. Com o desejo de “dialogar”, emitir julgamento, o leitor envia textos para o jornal, cavando um espaço de opinião: opinião pública.

Há muitas classificações do discurso jornalístico, em alguma medida, semelhança à da proposta de Beltrão⁶. Melo⁷, entretanto, propõe uma nova organização baseada em dois critérios.

O primeiro deles seria a organização dos gêneros a partir da intencionalidade determinante dos relatos, construída a partir: da reprodução e da leitura do real. Para ele, a reprodução do real consiste na descrição do fato a partir de dois parâmetros: o atual e o novo. Já a leitura do real seria o reconhecimento do valor do atual e do novo no tempo/espaço da produção do texto jornalístico. Em ambas, não há como excluir a ideologia.

O outro critério seria a identificação dos gêneros a partir das características estruturais do relato, não consideran-





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

do apenas texto, mas também expressão jornalística (relato), apreensão da realidade (leitura).

Com base nestas considerações, Melo⁸ apresentou a seguinte proposta:

- a) Jornalismo Informativo: Nota; Notícia; Reportagem; e Entrevista
- b) Jornalismo Opinativo: Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura; e Carta.

Os gêneros do item *a* estão organizados em ordem progressiva de conclusão dos acontecimentos. Todos tratam de relatos de acontecimentos, sendo o primeiro, acontecimentos em andamento, próprios da TV e rádio; o segundo, o relato integral do fato; a reportagem, um relato ampliado, com mais dados e referências; e o último, a entrevista, um relato que valoriza os protagonistas, colocando-os em contato direto com a coletividade.

Os textos aqui analisados, por serem considerados, desta forma: informativos, em contraposição aos opinativos. Vale considerar que o jornal impresso utiliza, de forma intencional, recursos estilísticos e argumentativos para atingir e, dentre outros objetivos pré-estabelecidos, manipular a opinião pública.

Desta forma, o presente estudo

reconhece no texto jornalístico, arena para jogos léxico-sintático-semântico-pragmáticos, na construção de representações e conseqüente manipulação. O jornal impresso vende, através da palavra escrita, a verdade de um tempo. Solidifica opiniões, consensualiza divergências, motiva medos e tranquilidades.

Discurso e poder

A relação assimétrica de poder perpetua um ciclo de dominação, mantendo estruturas já reconhecidas. A definição da posição do campo de atuação do indivíduo poderoso está relacionada ao poder que possui, ao mesmo tempo esse poder só se estabelece na relação social, através da demonstração da sua capacidade de atingir objetivos e interferir nos acontecimentos⁹.

Para Thompson¹⁰, “[...] poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos e interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências”. E para exercitar esse poder, os indivíduos se utilizam de todos os recursos disponíveis, quanto maior a quantidade de recurso, quanto maior a sua variedade, maior o aumento do seu poder. Este pesquisador diferencia o poder pessoal daquele acumulado ou exercido dentro de uma organização institucional, este poder permite “vastos recursos”.





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Segundo Foucault¹¹, existem três sistemas de exclusão que atingem o discurso: “a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade da verdade” nos interessa mais o desejo da verdade (o desejo de dizer este discurso verdadeiro) do que a própria verdade.

Para ele, cada sociedade possui um controle sobre os modos de discursivização, estabelecendo assim suas materialidades e modos de produção e circulação sociais, o que evitaria a arbitrariedade do uso e da apropriação de um leque de discursos por grupos sociais distintos. Assim, o controle do discurso é articulado por determinados grupos sociais que, ao mesmo tempo, alimentam a manutenção dessas limitações discursivas através da propagação de suas verdades, na construção de significações.

Para Fairclough¹², ideologia serve tanto para estabelecer, quanto para sustentar relações de dominação, e por fazer isto, acaba por reproduzir a ordem social que privilegia os indivíduos da classe dominante.

Para van Dijk¹³, o poder deve ser compreendido como o domínio que um coletivo tem de um outro, e esse domínio (ou controle) não se limita apenas aos discursos, mas também à mentes das pessoas (ideologia, conhecimento, atitude, opinião). Esse *abuso* de poder (uso desigual, ou estímulo, ou legitimação

desta desigualdade) merece ser analisado, porque o poder, utilizado de forma adequada, pode ser socialmente eficaz para organização de relações mais complexas. Uma das dimensões negativas de “abuso” de poder é a dominação: o que a mídia faz quando mais desinforma, do que informa.

Quanto mais poder, mais possibilidade de se tornar falante ativo, não só no seu grupo, mas em diferentes grupos; quanto maior o grupo de alcance, mais poder. É este falante ativo, dominador, que determina a linha discursiva. Ao contrário do que acontece com os “sem-poder”, dada a situação limitada de inserção social (réus, mulheres, negros, indígenas) desses sujeitos. Desta forma, as empresas de comunicação controlam as condições de produção do discurso. Elas influenciam e, até mesmo, controlam a dimensão do consenso da maior parte do público em relação ao temas que estão, por ela, sendo pautados.

Existe, contudo, dentre as elites simbólicas, uma que pode vir a fugir ao controle ideológico: ela é formada por jornalistas, escritores, artistas, diretores acadêmicos. Seu controle pode ocorrer, contudo, por estratégias discretas, como a crença na falsa “liberdade de expressão”. O poder não está associado a um grupo, mas a uma ação discursiva, muitas vezes se concretizando de forma sutil, manipulando conhecimentos e crenças,





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

formulando ideologias.

De van Dijk¹⁴, utilizaremos ainda a sugestão de que os processos de manipulação envolvem poder e dominação e são, em muitos casos, de difícil identificação.

No seu conceito de manipulação, os manipuladores não somente utilizam o poder como abusam dele para levar os manipulados a realizar as ações que lhes convêm, mesmo que isto seja contra seu próprio interesse. Essa influência, considerada “ilegítima”, pode “ser exercida com imagens, fotos, filmes ou outras mídias”¹⁵.

A diferença entre persuasão e manipulação é que na persuasão é dado ao/à interlocutor/a o direito de refletir e opinar, aceitando ou não o argumento. O limite da legitimidade discursiva entre persuasão e manipulação é extremamente tênue, pois um mesmo texto persuasivo para um público pode ser manipulador para outro. Esta delicada linha que separa esses dois processos parece estreitar-se ainda mais quando se trata de textos jornalísticos, dada a compreensão de que o discurso jornalístico é eminentemente um discurso político. Tratemos, pois, de caracterizar “discurso” e “discurso político”.

Considerando a linguagem como

uma prática social, Fairclough¹⁶ define discurso como um “modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação [...] O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. O autor distingue três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: a) a construção das “identidades sociais” e “posições do sujeito”; b) as relações sociais entre as pessoas; e c) sistemas de conhecimentos e crenças.

A partir das reflexões sobre manipulação¹⁷ e representação¹⁸, de van Dijk e Fairclough, respectivamente, podemos afirmar que o discurso é construtor de realidades, não só reproduzindo a sociedade, como reformulando (moldando) as relações sociais, os sistemas de conhecimento e crenças¹⁹.

O discurso político, por sua vez, ocorre no espaço público e se refere ao que deve ser conhecido por todos. E por ser político, tenta convencer, persuadir, ressaltando os aspectos positivos e negativos das razões confrontadas²⁰. É, portanto, um texto carregado de intencionalidades. Por mais que haja uma clara distinção entre os gêneros do discurso jornalístico, em relação à estrutura e à função, não parece haver muita diferença na intenção de produção.





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Este aspecto não pode ser considerado apenas como mais uma distinção dos gêneros em questão (ou dos textos). As funções da linguagem estão relacionadas à sua organização básica. Fairclough²¹ propõe três significados: representacional, identificacional e acional. Dedicaremos maior atenção ao significado representacional.

Tratando especificamente do poder político, Chauradeau²² reconhece que a palavra não pode ser considerada tudo no jogo político, mas que sem ela, torna-se impossível jogar. Propõem a intervenção da palavra em três espaços: discussão, ação e persuasão. No espaço de discussão, através da palavra seriam “definidos o ideal dos fins e os meios da ação política”; no espaço de ação, sua presença se justificaria para a organização, distribuição e coordenação das tarefas, além da promulgação das leis; e no espaço da persuasão seria utilizada para convencer os/as cidadãos/ãs do funcionamento do programa e das decisões.

E é neste campo de batalha, do discurso jornalístico/político, que compreenderemos a relação das palavras lançadas de um grupo para outro, bem como os ecos destas palavras dentro do próprio grupo.

Análise

Tanto o Jornal O POVO, quanto

o Jornal Diário do Nordeste apresentam segmentos destinados especificamente para tratar do assunto meio ambiente. Esta especificação não consiste na determinação definitiva de uma coluna ou editoria por parte do jornal Diário do Nordeste, sendo tratado dentro de editorias fixas, como “Cidades” ou “Política”, conforme seja a abordagem; o O POVO já possui uma coluna sobre meio ambiente semanal, mesmo tratando do tema em outros espaços.

A orientação para a educação ambiental ocorre nestes espaços reservados ao tema, como em:

Exemplo 1 (O POVO): Em defesa das dumas do cocó – o jornalista trata neste dia da descrição da situação da criação Área de Interesse Ecológico (ARIE), abordando ainda quatro outros temas que não apresentam relação com o tópico da coluna, mas todos tratam de forma positiva a questão da consciência ambiental. E assim pode ser caracterizada a coluna Ecologia.

No geral, os textos deste jornal demonstram maior imparcialidade discursiva, mesmo sendo escrito por jornalistas diferentes (<http://opovo.uol.com.br/opovo/politica/945553.html> e <http://opovo.uol.com.br/opovo/politica/956493.html>)

Exemplo 2 (Diário): Tanto infantil e o caderno de Cidades trazem matérias





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

sobre a educação preservação ambiental, consumo de água e reflorestamento, dentre outros temas. Em relação ao tema ARIE, o jornal trata de desconstruir, com discricção, da representação da luta. O texto 1 (<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=678214>) inicia afirmando que a prefeita cria a lei quando, logo no início do texto já corrige a afirmação, afirmando que ela apenas sancionou a lei da AREI, que significa Área de Relevante Interesse Ecológico. O jornalista trata de associar essa informação ao tamanho da área que, para quem conhece o espaço, pode parecer irrelevante, mas para quem faz o estudo do impacto ambiental, não o é (mas sobre isso, ele não fala). O texto 2 (<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=643398>) inicia ironizando o discurso com a cartola “Projeto Polêmico”. A informação de que a área destinada à preservação fazia parte também de um terreno particular é ressaltada em dois momentos iniciais do texto, como se o argumento da posse/propriedade, antecesse o do bem comum. O projeto de lei do vereador do PSOL, desqualificado na Câmara Municipal por dois vereador (PSB) e vereadora (PMDB), é também desqualificado no texto não pela palavra do jornalista, mas através da descrição e da utilização contínua das falas da vereadora do PMDB. Na mesma lógica, o texto culmina com a apresentação da desqualificação pela vereadora, do parecer da Professora da UFC, Vanda Claudino,

mesmo que a própria Universidade tenha dado um depoimento de que a professora está autorizada a emitir este tipo de parecer.

Exemplo 3(O Estado): “Bancada do PMDB se posicionou contra vereador João Alfredo” (http://www.oestadoce.com.br/?acao=noticias&subacao=ler_noticia&cadernoID=22¬iciaID=14024) o subtítulo do artigo já cria uma polarização a questão quando confronta os partidos (PMDB x PSol), a especificação não serve apenas para individualizar para enfatizar a que a sua luta é individual, que a sua bancada é formada de um integrante. Além disto, é descrito, já no primeiro parágrafo, a ocorrência de um apagão, o que torna a situação cômica. Assim como no Diário, a ironia em relação à relevância ambiental delimitando a área do parque. Para ridicularizar ainda mais a situação, o jornal afirma que “o socialista” destina seu discurso para os movimentos sociais e que a vitória só foi possível porque ganhou prioridade das pautas devido a um abaixo assinado construído pelos movimentos ambientalistas.

Conclusões

Os jornais têm demonstrado, cada vez mais, relevante preocupação com a construção de uma imagem ecologicamente correta, contudo o posicionamento político da empresa e sua noção de





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

desenvolvimento muitas vezes entram em conflito com as questões mais elementares de defesa ambiental. Compreendemos que o conflito criado não acarreta a desqualificação de sujeitos, como tem ocorrido; tampouco a manipulação de opiniões, por isso sugerimos estudos mais aprofundados (tanto em número, quanto em tempo) para compreendermos melhor a questão da utilização desta estratégia.



Referências bibliográficas

- BELTRÃO, L. *Jornalismo Opinativo*. Porto alegre: Sulina, 1980.
- BOLÍVAR, Adriana e KOHN, Carlos. *El Discurso político venezolano: um estudo multidisciplinario*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- DIJK, Teun A. van. *Cognição, Discurso e Interação*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. de Izabel Magalhães. 2ª ed. Brasília: Editora Universida-
- de de Brasília, 2008.
- _____. *Analysis Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1970.
- MELO, José Marques. *Jornalismo Opinativo: os gêneros opinativos do jornalismo brasileiro*. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MONTERO, Maritza. *Los sonidos del silencio: construcción y destrucción del otro em el discurso político* in: BOLÍVAR, Adriana; KOHN, Carlos. *El discurso político venezolano: un estudio multidisciplinario*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1999.
- RAMALHO, V; RESENDE, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, A. P. R. *Sobre estratégias de construção de títulos de notícias em jornais impressos* in: *Revista da FA7: Comunicação e Cultura*. n° 6, v.2, ago/dez 2008, pp. 79-96.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.





Tecnologia e estruturas de Produção Cultural na América Latina

Notas

- ¹ SILVA, A.P.R. Sobre estratégias de construção de títulos de notícias em jornais impressos. *Revista da FA7: Comunicação e Cultura*. N.6, V.2, ago/dez 2008, pp. 79-96.
- ² COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- ³ DIJK, Teun A. Van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1970.
- ⁵ *Op. cit.*
- ⁶ Idem.
- ⁷ MELO, José Marques. *Jornalismo Opinativo: os gêneros opinativos do jornalismo brasileiro*. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- ⁸ *Op. cit.*, p. 65.
- ⁹ THOMPSON, John. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ¹⁰ Idem, p. 21.
- ¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1970, p. 19.
- ¹² FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. de Izabel Magalhães. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 117.
- ¹³ *Op. Cit.*
- ¹⁴ DIJK, Teun A. van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ¹⁵ Idem, ibidem, p. 235.
- ¹⁶ *Op. cit.*, p. 91.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ Ibidem.
- ¹⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1970.
- ²⁰ MONTERO, Maritza. *Los sonidos del silencio: construcción y destrucción del otro em el discurso político* in: BOLÍVAR, Adriana; KOHN, Carlos. *El discurso político venezolano: un estudio multidisciplinario*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1999.
- ²¹ FAIRCLOUGH, Norman. *Analysis Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- ²² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2008, p.21.

